

Ensino de Língua Portuguesa para estudantes imigrantes e refugiados da Educação Básica: desafios e perspectivas

Monique Dias Souza¹; Júlia Sonaglio Pedrassani¹; Leandro Rocha Vieira¹;
Carina Fior Postinger Balzan^{1*}

¹Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - *Campus* Bento Gonçalves. Bento Gonçalves, RS, Brasil.

Desde 2010, o Brasil vem recebendo grande contingente de imigrantes e refugiados, com preponderância de haitianos e venezuelanos. Grande parte dessa migração, também denominada migração de crise, por ser oriunda de regiões assoladas por desastres naturais, conflitos bélicos ou religiosos ou problemas econômicos, encontra no Brasil melhores condições de vida. De acordo com o Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais do Ministério da Justiça, o Brasil registrou, de 2010 a 2018, um total de 774,2 mil estrangeiros na condição de imigrantes e refugiados. Dentre esses, há um percentual significativo de crianças e adolescentes em idade escolar. Conforme o Censo Escolar (2016), o número de matrículas de alunos estrangeiros em escolas brasileiras mais do que dobrou entre 2008 e 2016, com um aumento de 34 mil para 73 mil matrículas, sendo que a maior parte desses alunos (64%) estava na rede pública. Assim, a existência cada vez mais constante de alunos de outras nacionalidades é uma realidade que impõe muitos desafios à comunidade escolar e que exige uma reflexão sobre o próprio sistema educacional em termos de políticas de acolhimento e de formação de professores, o que justifica o presente estudo. O objetivo desta pesquisa é refletir sobre o ensino de língua portuguesa para alunos imigrantes e refugiados matriculados na Educação Básica de dois municípios da região da Serra do Rio Grande do Sul: Bento Gonçalves e Garibaldi. Na investigação, de caráter exploratório, quantitativa e qualitativa, realizou-se, inicialmente, um levantamento do número de alunos matriculados na Educação Básica dos municípios supracitados. Após, foram aplicados questionários a seis docentes de língua portuguesa dos anos finais do Ensino Fundamental que tiveram experiência com aprendizes imigrantes e refugiados em sala de aula. As respostas foram organizadas em um quadro, categorizadas e analisadas a partir da Teoria da Análise de Conteúdo. Os resultados mostram que o total de estrangeiros matriculados nas redes pública e privada no ano de 2020 era de 344 estudantes, distribuídos na Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, sendo o maior número de matrículas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A análise dos questionários revela, de maneira geral, que as docentes possuem, em média, dois estudantes imigrantes e refugiados nas turmas em que atuam, sendo a comunicação um dos principais desafios enfrentados, pois a maioria deles chega à escola sem conhecimento do português e progredem entre séries com baixa proficiência na língua, o que dificulta, além da aprendizagem, a interação com a comunidade escolar. Em relação ao ensino, as docentes desconhecem materiais didáticos específicos voltados a esse público e duas delas não realizam nenhuma adaptação dos materiais utilizados, mas afirmam fazer avaliações diferenciadas, privilegiando aspectos da expressão oral e escrita. Embora demonstrem interesse pela aprendizagem dos estudantes, reconhecem que não se sentem capacitadas para trabalhar com esse público e veem a necessidade de uma formação diferenciada que contemple metodologias de ensino para desenvolver o potencial desses alunos. Além disso, ressentem-se de um maior apoio por parte da gestão pública responsável pela educação nesses municípios.

Palavras-chave: migração de crise; Educação Básica; ensino de língua portuguesa; formação docente.